SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Discurso do Presidente do Conselho Nacional de Educação

Discurso de Sua Excelência a Ministra da Educação

Discurso do Presidente do Conselho Nacional de Educação

- Senhora Ministra da Educação
- Sr. Sub-Secretário de Estado Adjunto da Srª Ministra da Educação
- Sr. Dr. Rui Marques, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses
- Srª. Secretária-Geral do Conselho
- Minhas senhoras e meus senhores.

Chegámos ao fim deste Seminário organizado pelo Conselho Nacional de Educação sob o título Educação, Comunidade e Poder Local. Eu gostava em primeiro lugar de agradecer publicamente à Srª. Ministra ter aceite o nosso convite para vir encerrar este Seminário. E gostaria também de agradecer ao Sr. Sub-Secretário de Estado a honra que nos deu em ter estado connosco estes dois dias, acompanhando estes nossos trabalhos, o que mostra o interesse com que o Ministério segue os trabalhos do CNE o que muito nos apraz. Gostava ainda de justificar a ausência do Sr. Presidente da Assembleia da República, Prof. Barbosa Melo, que me telefonou pedindo escusa, mas tornou-se-lhe impossível estar aqui hoje a esta hora, embora fosse desejo dele fazê-lo, tentou ainda encontrar uma forma de poder satisfazer esse desejo, mas não foi possível e nós também o lamentamos.

O Seminário que nós aqui organizámos e realizámos durante estes dois dias, teve um carácter que me parece extremamente interessante, que foi o de ser um espaço de diálogo muito aberto, muito isento, muito independente e que será certamente um contributo, não digo importante, mas um contributo, para o debate sobre as questões da educação, nomeadamente sobre as questões que relacionam a escola, a autarquia e o poder central. Eu não vou tirar propriamente conclusões, até porque estes Seminários não devem ter conclusões. Estes

Seminários devem ser inconclusivos, são apenas um contributo para um diálogo e para um debate que se pretende que seja prosseguido lá fora, noutras instituições e na nossa. Mas permito-me fazer aqui algumas considerações que me parecem importantes sobre o que aqui se passou.

Primeira observação - Foi expresso que não se tem uma visão tremendista da realidade portuguesa e muitas vezes, quando sobretudo se vêem e lêem, nos meios de comunicação social, tem-se um pouco a ideia das visões apocalípticas ou das visões tremendistas. Não perpassou essa ideia por este Seminário, embora, e isso foi muito claro ao longo de todas as intervenções, a educação em Portugal seja um problema sério e de fundo. Passaram aqui algumas grandes preocupações e talvez eu me arriscasse a dizer que a preocupação maior deriva de uma enorme desmotivação, de um grande desalento e de um certo desencanto à volta da educação. E se me é permitido, eu faria um apelo à Srª. Ministra, como a responsável máxima pelo organismo que é o protagonista essencial do processo educativo que é o Ministério da Educação - é que nos restabeleça a esperança. É que crie os mecanismos que permitam restabelecer a esperança a todos. Aos educadores, aos pais, aos alunos, ao ensino público e ao ensino privado, às autarquias, a todas as escolas que pelo país desenvolvem o processo educativo, formando professores, no ensino secundário, nas universidades, nos pré-primários, nas escolas do 1º ciclo, nas C+S, enfim em toda esta panóplia que compõe o sistema educativo.

A minha segunda nota vai para o carácter do próprio Seminário. É que este foi o primeiro Seminário em que o Conselho saiu de Lisboa, aliás correspondendo a uma reivindicação de muitos dos Srs. Conselheiros, na 1ª fila dos quais sempre esteve o Engº. Braga da Cruz; e o carácter regional que teve o Seminário, atingiu, penso eu, esse objectivo que foi o de fazer com que este Seminário fosse diferente do que seria se tivesse sido realizado em Lisboa. E isto sobretudo pelo envolvimento da própria região, teve as autarquias,

teve as escolas, que quiseram dar o seu contributo que eu agradeço muito particularmente em nome do CNE.

Nesta análise dos problemas que aqui se processou, parece-me haver uma conclusão que me permito também retirar, é a de que a escola é mais importante do que o sistema. Nós estamos normalmente preocupados com o sistema, o enquadramento é normalmente sistémico, isto é, os decretos-lei, as leis, as portarias, os regulamentos, cobrem o sistema no seu conjunto, mas o mais importante é o que ocorre na escola. Daí que isso tenha sido notório ao longo de todo este debate, é que quando se fala de sistema, fala-se no somatório das escolas e consequentemente na importância que cada unidade deve ter. E aqui constata-se que cada escola, cada território educativo, cada comunidade é um caso, com as suas especificidades próprias, que requer um enquadramento próprio e mesmo uma tomada de medidas com incidência particular. E daqui a importância das autarquias e do poder local. É que o poder local, e isso parece-me mais ou menos claro, o poder local está mais próximo dos cidadãos, está mais próximo da escola e consequentemente tem uma maior capacidade para resolver os problemas a contento das populações. Nesta linha, julgo ainda que foi importante ter sido aqui reforçado e eu permito-me também reforçá-lo, a necessidade de flexibilizar as soluções e a necessidade de que os modelos, nomeadamente em áreas como curricula, tipologias, funcionamentos etc., não sejam modelos, como alguém disse no debate final, o modelo é que não haja modelo. Julgo que há aqui um sistema de geometria variável que vale a pena tentar articular e tentar sobretudo perceber que esta geometria variável envolve protagonistas diferentes, que para determinadas soluções são uns e para determinadas soluções são outros e é nesta flexibilidade e nesta necessidade de diálogo entre os vários protagonistas que nós seremos capazes de encontrar as melhores soluções. Parece-me importante reforçar que o diálogo município-escola, município-poder central, escola-poder central, deveria ser fortemente implementado. Julgo ainda que neste aspecto do diálogo, e permitia-me reforçar o que

disse neste mesmo sítio ontem de manhã, necessita-se de aprofundar o diálogo, necessita-se que todos os protagonistas não tentem propriamente pôr-se de acordo apenas nos colóquios, mas que tentem pôr-se de acordo no concreto; de forma a que aquilo a que aqui se chamou a reforma do Estado, a restruturação do Estado, ontem de manhã, possa ser entendido como algo que é assumido por todos, de uma forma gradual, duma forma necessariamente com algum conflito interno, mas que não seja necessariamente num sistema conflitual em que nós por vezes parece querermos viver, mas tentar encontrar o máximo divisor comum entre as posições dos vários protagonistas, de forma a que se estabeleçam bases estáveis para a educação. E estou convencido de que há que estabilizar o sistema, estabilizá-lo de acordo com as posições dos vários protagonistas. Foi aqui várias vezes referido que o grupo existente entre o Ministério da Educação e a Associação Nacional de Municípios está a trabalhar e aquilo que me pareceu ou me parece que é o apelo que este Seminário faz a esse grupo é que aprofunde as questões, que as discuta de forma aberta, e sobretudo de uma forma construtiva. Nós esperamos sinceramente, nós, os homens da educação, que o Ministério da Educação e a Associação Nacional de Municípios, o Governo e a Associação Nacional de Municípios, desenvolvam o seu trabalho de acordo com os objectivos e que atinjam os objectivos tão rápido quanto possível, penso que o país poderá beneficiar muito com isso.

Há aqui um aspecto que me parece importante e que foi reforçado pelo representante da Associação Nacional de Municípios, pelo Sr. Vice-Presidente, quando nos disse mais ou menos isto: o poder local possui hoje uma estrutura e sobretudo uma mentalidade e uma consciência acerca dos problemas da educação, ultrapassou já a fase do queixume e do remoque e está preparado e ansioso por assumir as funções e as responsabilidades inerentes na área da educação. Eu penso que esta disponibilidade que o poder local tem, deveria ser utilizada, penso que o próprio Seminário o recomenda e exemplos como o dos transportes escolares são hoje reconhecidamente mais

eficazes do que quando eram do poder central, são certamente um bom exemplo para poder nesta linha desenvolver algumas novas perspectivas.

Quando se ouvem os testemunhos como se ouviram hoje e houve bastante mais testemunhos do que os quatro que aqui foram apresentados, porque houve também muitos testemunhos da parte do debate, julgo que é possível constatar o seguinte: o sistema é mais rico do que parece, tem mais potencialidades do que aquilo que aparenta. As pessoas são melhores do que aquilo que nós julgamos e existe a possibilidade de fazer funcionar o sistema melhor, sobretudo as escolas, naquela lógica de que a escola é prioritária em relação ao sistema; se nós libertarmos a escola e se libertarmos a iniciativa, ou seja, se assumirmos alguma desregulamentação do sistema e atrevo-me até a dizer o seguinte - é que há hoje já muitas escolas que se desregulamentaram, eu conheço algumas escolas que foram capazes de assumir com a sua autonomia e a sua capacidade de liderança, de assumir alguma desregulamentação, isto é, o não cumprimento de determinados regulamentos e isso tem feito com que haja alguma explosão e algum aumento significativo de iniciativas. E as iniciativas vindas de baixo para cima têm muito maior possibilidade de serem eficazes do que as iniciativas vindas de cima para baixo. E eu estou convencido de que há aqui um diálogo a incrementar entre o poder central e as escolas, no sentido (e julgo que isto, não estou a falar em nome de todos, estou a falar em meu nome pessoal, mas é aquilo que retirei deste Seminário) de que será possível neste diálogo entre a escola e o próprio poder central, agora não estou a necessitar do poder local, encontrar formas de as escolas terem maior capacidade para inovar e maior capacidade para desenvolverem o seu próprio projecto. Há aqui uma questão que foi discutida, importante, que é o problema da estabilidade da escola, e sobretudo da estabilidade do corpo docente, que é talvez um dos pontos essenciais, porque, como aqui foi dito, uma escola em que o corpo docente transita de um ano para o outro em cerca de 95%, tem capacidade de estabilização e

características de estabilização, que não tem uma escola cujo corpo docente varia em 95%.

Parece-me ainda importante dizer o seguinte neste aspecto específico das potencialidades - é que importa optimizar, se o termo é português, e consolidar as experiências em curso. Há muitas experiências em curso, há muitas iniciativas, importa consolidá-las, importa dar condições para que essas experiências que, em certa medida podem considerar-se, se o forem, como medidas de excelência, ou como centros de excelência ou como núcleos de excelência, que o apoio que se lhes faz seja no sentido de as transformar em centros de referência, que se transformem em paradigmas e em exemplo para os outros que as rodeiam.

E não queria fazer muito mais considerações a não ser em relação ao próprio Seminário. Em primeiro lugar para dizer que me pareceu haver uma magnífica aceitação da nossa ideia. Se atingimos o objectivo, se as expectativas foram ou não goradas àqueles que se dispuseram a vir aqui, isso o tempo o dirá, porque só depois de deixarmos sedimentar e precipitar aquilo que aqui ocorreu, poderemos ver se realmente valeu a pena. Do meu ponto de vista penso que sim. Gostaria sobretudo de agradecer a todos os que colaboraram connosco, em especial a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, que desde o princípio, como ontem tive aqui ocasião de dizer, nos acolheu e nos ajudou enormemente na realização deste Seminário. A todos os que colaboraram no próprio Seminário, em especial os conferencistas, os comentadores, os membros do painel, os apresentadores de testemunhos e todos os que participaram nos debates, ao Instituto Politécnico de Viana do Castelo, ao seu presidente, Sr. Prof. Lima de Carvalho; agradeço particularmente, à Srª. Drª. Antonieta Carneiro, ao Sr. Dr. Delfim Costa e à Srª. Arquitecta Diana Carrilho, os nossos agradecimentos pelo apoio que nos prestaram. E finalmente faria um agradecimento, se me é permitido, é um bocado um agradecimento dentro de portas, mas queria agradecer em particular à Drª. Celeste

Patrocínio, que foi a alma deste Seminário, não teria sido possível realizar este Seminário aqui, se a Drª. Celeste Patrocínio não tivesse tido o empenhamento que quis ter. Com ela a Drª. Luísa Vieira, o Engº. Moreira da Silva, o Dr. Belchior, a Srª. Dª Rosa Barreto e o Sr. Vicente do CNE, que se dispuseram também a ter este empenhamento na organização do Seminário. E gostaria de agradecer finalmente a todos os nossos convidados e a todos os que quiseram participar no Seminário. Finalmente, e agradecendo à Srª. Ministra mais uma vez a sua participação e a sua vinda aqui para esta sessão de encerramento, dizer ao Ministério, como principal protagonista do processo educativo em Portugal, que todo o Seminário, ou seja as actas finais, serão disponibilizadas tão rápido quanto possível, para que o Ministério possa ter à sua disposição este debate, em que estiveram cerca de 200 pessoas, mas será muito mais importante que possa ser partilhado.

Discurso de Sua Excelência a Ministra da Educação

- Sr. Governador Civil
- Sr. Presidente do Conselho Nacional de Educação
- Sr. Vice-Presidente da Associação Nacional de Municípios
- Exmas. Autoridades
- Sua Excelência Reverendíssima Sr. Bispo de Viana do Castelo
- Minhas senhoras e meus senhores.

Os objectivos deste Seminário revestem a maior importância para o futuro do sistema educativo em Portugal, porque nada se fará de realmente positivo e duradouro se não for conseguida nesta área uma adequada e fecunda articulação entre o poder central e o poder local. Por isso não é um mero louvor de circunstância a saudação que dirijo ao CNE e em particular ao seu Presidente pela oportunidade da iniciativa e a todos os participantes pela abertura e nível que o debate atingiu.

É indiscutível que a educação é uma prioridade nas apostas que os Estados e os povos fazem na busca de melhores condições de vida. Investir num bom sistema educativo não pode encarar-se como sendo apenas uma função social a pesar sobre os contribuintes, mas sim como um factor determinante de progresso e desenvolvimento. Cada vez mais a riqueza das nações não é avaliada essencialmente pelo recursos materiais e pelas riquezas naturais, mas pela capacidade de investir nos seus recursos humanos, no desenvolvimento da sua inteligência e capacidade de inovação como cidadãos activos e participantes numa sociedade em rápida evolução. Investir num bom sistema educativo é também uma condição indispensável para a formação integral do homem, contribuindo decisivamente para a realização do ideal humanístico que tem guiado a nossa civilização e que não pode nunca perder-se de vista. Por tudo isso, também entre nós a educação é uma das grandes prioridades nacionais.

O facto de Portugal não ser particularmente dotado de recursos materiais e de riquezas naturais e o facto de o nosso ideal humaníssimo ser felizmente uma permanência histórica, reforçam a nossa determinação de apostar de uma forma decidida no maior dos nossos recursos - os portugueses. As pessoas são os agentes da mudança e os destinatários do progresso e do desenvolvimento. E a sua qualidade é um elemento determinante para responder às exigências de competitividade que ganham actualmente uma especial importância.

Com efeito o anterior modelo de desenvolvimento em Portugal, baseado em mão de obra pouco qualificada e portanto mais barata, não tinha possibilidades de sobrevivência na União Europeia. Por isso o modelo de desenvolvimento económico e social actualmente em curso passou para o primeiro plano das preocupações, a valorização dos recursos humanos. É por aqui que passará o nosso êxito na integração na Europa. O Mercado Único é incompatível com intervencionismos e proteccionismos. É neste cenário que assume importância decisiva a formação dos jovens. É com eles que se ganhará a aposta de introduzir no sistema económico as modificações exigidas pela concorrência, pelo aumento da produtividade e pela necessidade de adaptação ao novo espaço económico. E é com eles que se pode contar para o aprofundamento da democracia, pelo desenvolvimento da participação, da tolerância e da solidariedade.

Um bom sistema educativo não pode alhear-se destas novas exigências e realidades. Da valorização dos nossos jovens depende a manutenção e o reforço da identidade cultural e nacional. Não é possível convidar os portugueses para um esforço de aproximação aos níveis e à qualidade de vida dos países mais desenvolvidos da Europa, sem fazer um esforço significativo na qualidade do sistema educativo, na formação profissional, no acesso à cultura.

Minhas senhoras e meus senhores, se o bom funcionamento do sistema e a sua capacidade para responder com oportunidade às mudanças, são condições de desenvolvimento e progresso, são também por eles condicionados.

Esta interacção revela uma tarefa de grande dimensão e complexidade, que envolve necessariamente a constante participação de todos os componentes sociais, das famílias e agentes culturais, das instituições, de todas as instâncias do poder. O que significa que não é, nem pode ser, uma tarefa da exclusiva responsabilidade do poder central.

Cair numa tentação centralizadora seria comprometer irremediavelmente a acção do sistema educativo na construção do futuro do país. Esta perspectiva é o único entendimento compatível com a evolução previsível das sociedades contemporâneas mais desenvolvidas numa tripla dimensão: reforço da democracia política e social, aprofundamento da liberdade e responsabilidade dos cidadãos, na mesma linha a descentralização.

O enorme esforço de recuperação e crescimento que foi levado a cabo na última década visou primacialmente a expansão do sistema educativo de modo a abranger todos os seus níveis e a cobrir de uma forma equilibrada todo o território nacional. Cumprido o essencial destes objectivos há que reforçar a qualidade do sistema através da melhoria do funcionamento dos estabelecimentos de ensino aplicando com rigor e clareza de objectivos os recursos humanos e materiais existentes.

Não é possível impor ou decretar um padrão único de funcionamento às escolas. É uma tarefa que vai exigir crescentemente a participação e envolvimento da sociedade e uma efectiva descentralização de poderes. Ele há-de resultar sem dúvida de um correcto ordenamento legal, de orientações coerentes e sistemáticas,

mas sobretudo da execução da acção coordenada e confluente de todos os que, directa ou indirectamente, podem e devem intervir em tão complexo sistema.

A avaliação positiva ou negativa desse funcionamento, que será aferida pelo desempenho da escola, dir-se-á mesmo de cada escola. Mas aí os projectos terão de ser executados por cada conselho directivo, por cada associação de pais, por cada entidade local. Esta execução implica a divisão de responsabilidades. Sendo esta realidade irrecusável, a repartição de competências pelos inúmeros cambiantes e fragilidades que envolve, tem de fazer-se com base num diálogo persistente e aberto, em particular entre o poder central e o poder local.

Há que encontrar os consensos possíveis sobre as responsabilidades que a cada um caberá assumir e os meios que para tanto é necessário providenciar.